

Demonstrações Contábeis

2018

Em 31 de dezembro e Relatório de Auditoria Independente







BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Valores em reais)

ATIVO	Nota	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa (sem restrição)	4		
Caixa e bancos		261.141	90.075
Aplicações financeiras		60.175.897	56.200.782
		60.437.038	56.290.857
Caixa e equivalentes de caixa (com restrição)	4		
Aplicações financeiras		84.741.017	103.601.828
***		84.741.017	103.601.828
		145.178.055	159.892.685
Créditos a receber e estoques (sem restrição)			
Clientes	5	5.327.402	5.142.214
Estoques		3.870.562	4.018.074
Outros créditos		1.027.354	735.790
		10.225.318	9.896.078
Total do ativo circulante		155.403.373	169.788.763
NÃO CIRCULANTE			
ICMS s/ ativo imobilizado (sem restrição)		116.936	211.149
Investimentos (sem restrição)		187.701	126.089
Imobilizado (sem restrição)	6	26.300.815	26.903.827
Intangível (sem restrição)		10.425	2.218
Total do ativo não circulante		26.615.877	27.243.283
Total do ativo		182.019.250	197.032.046

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

onata

1





BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Valores em reais) PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO

PASSIVO	Notas	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE			
Serviços e convênios a executar (com restrição)	7	84.620.648	103.546.128
Serviços e contratos a executar (sem restrição)	7	14.893.157	19.077.245
Fornecedores (sem restrição)		4.077.048	4.036.140
Provisões (sem restrição)	8	3.049.175	2.177.286
Obrig. Tributárias, sociais e previdenciárias (sem restrição)		1.696.506	764.360
Outras obrigações (sem restrição)		372.691	232.675
Comissões (sem restrição)		199.925	204.941
Total do passivo circulante		108.909.150	130.038.775
NÃO CIRCULANTE			
Provisões (sem restrição)	8	5.397.840	6.331.773
Total do passivo não circulante		5.397.840	6.331.773
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9		
Patrimônio social	<i>A</i> 01	48.055.356	57.895.093
Reservas para investimentos		2.940.000	-
Reservas de contingência		13.984.633	
Superávit do exercício		2.732.271	2.766.405
Total do patrimônio social líquido		67.712.260	60.661.498
Total do passivo e patrimônio líquido		182.019.250	197.032.046







DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM

(Valores em reais)

	Notas	31.12.2018	31.12.2017
RECEITA LÍQUIDA	10	141.791.045	189.565.718
Custo dos produtos vendidos (sem restrição) Custo das mercadorias vendidas (sem restrição) Custo com execução de convênios (com restrição) Custo com execução de contratos (sem restrição)	7 7	(17.663.973) (25.903.678) (59.879.715) (14.969.929)	(16.865.353) (24.915.787) (103.595.273) (21.754.683)
SUPERÁVIT BRUTO		23.373.750	22.434.622
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Administrativas (sem restrição) Outras receitas/despesas operacionais (sem restrição) Depreciações e amortizações (sem restrição) Alienação do permanente (sem restrição)		(19.759.318) (211.123) (1.356.791) (31.588)	(20.173.839) (104.416) (1.342.013)
		(21.358.821)	(21.620.268)
SUPERÁVIT ANTES OP. FINANCEIRAS		2.014.929	814.354
Receitas/despesas financeiras (sem restrição)	11	717.341	1.952.051
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		2.732.271	2.766.405







DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO (Valores em reais)

Componentes	Patrimônio Social	Reservas P/ Investimentos	Reservas P/ Contingências	Superávit do Exercício	Total
Saldo em 31.12.2016	51.685.526			6.209.567	57.895.093
Incorporação ao patrimônio	6.209.567	g.	=	(6.209.567)	
Superávit do exercício	-	7-	-	2.766.405	2.766.405
Saldo em 31.12.2017	57.895.093		i.F.	2.766.405	60.661.498
Incorporação ao patrimônio	2.766.405	-		(2.766.405)	L×
Reservas para investimentos	(2.940.000)	2.940.000	:=	(E)	¥
Provisão para contingência	-	14	4.318.491	-	4.318.491
Reservas e contingências	(9.666.142)	<u>=0</u>	9.666.142	20	-
Superávit do exercício	30 <u>4</u>	*		2.732.271	2.732.271
Saldo em 31.12.2018	48.055.356	2.940.000	13.984.633	2.732.271	67.712.260







DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM

(Valores em reais)

(valores em reals)	31.12.2018	31.12.2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit Líquido do Exercício	2.732.271	2.766.405
Provisão para crédito de liquidação duvidosa Provisão (reversão) para contingências Depreciação e amortização Baixas do imobilizado	4.318.493 1.356.791 436.664	3.610 1.153.836 1.342.013 1.249.352
Redução (aumento) de ativos operacionais	(234.889)	(741.049)
Contas a receber Estoques Adiantamentos Convênios Outros ativos circulantes Impostos a recuperar LP	(185.187) 147.512 (216.409) (73.371) (1.647) 94.213	71.009 (1.062.488) 208.306 47.620 (30.787) 25.291
Aumento (redução) de passivos operacionais	973.106	598.784
Fornecedores Salários e gratificações Obrigações tributaria e previdenciárias Outras obrigações	40.960 677.682 254.464	50.658 (252.238)
CAIXA GERADO NAS ATIVIDADE OPERACIONAIS	9.582.436	6.372.951
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
UFVCred Adições ao investimento, imobilizado e intangível	(61.614) (1.175.883)	(97.720) (3.414.106)
CAIXA APLICADO NAS ATIV. DE INVESTIMENTO	(1.187.497)	(3.511.826)
ATIVIDADES DE GESTAO DE CONVÊNIOS		
Serviços e convênios a executar Gestão de convênios e projetos	(4.184.088) (18.925.480)	(361.375) (31.673.846)
CAIXA CONSUMIDO/APLICADO NAS ATIVIDADES FINANCEIRAS	(23.109.568)	(32.035.221)
CAIXA CONSUMIDO/APLICADO NO EXERCÍCIO	(14.714.629)	(29.174.096)
DISPONÍVEL NO FECHAMENTO DISPONÍVEL NA ABERTURA	145.178.056 159.892.685	159.892.685 189.066.781
CAIXA CONSUMIDO/APLICADO NO EXERCÍCIO	(14.714.629)	(29.174.096)







DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM

(Valores em reais)

	31.12.2018	31.12.2017
RECEITAS	72.811.972	Reapresentado 69.715.518
Vendas de mercadoria, produtos e serviços Perdas em créditos de liquidação Duvidosa	72.946.116	69.730.613,00 (249.112,00)
Não operacionais	(352.257) 218.113	234.017,00
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	48.514.993	47.432.160
Matérias-Primas consumidas Custos das mercadorias e serviços vendidos Materiais, energia, serviços de terceiros e outros Perdas/Recuperação de valores ativos	14.060.811 24.967.199 8.746.384 740.599	12.891.390,00 24.536.599,00 9.383.299,00 620.872,00
VALOR ADICIONADO BRUTO	24.296.979	22.283.358
RETENÇÕES	1.356.791	1.342.013
Depreciação e amortização	1.356.791	1.342.013,00
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	22.940.188	20.941.345
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	717.342	2.048.866,00
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	23.657.530	22.990.211
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	23.657.530	22.990.211
Pessoal e encargos Impostos, taxas e contribuições Superávit do exercício	13.676.639 7.248.620 2.732.271	15.105.216,00 5.118.590,00 2.766.405,00







NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores em reais)

1. CONTEXTO FUNDACIONAL

A Fundação Arthur Bernardes (Funarbe), como as demais fundações de apoio criadas no âmbito das Instituições de Ensino Superior, está regularmente credenciada pelos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura, cuja atividade está regulamentada pela Lei nº 8.958/94 e pelo Decreto nº 7.423/2010. A Fundação tem sua atividade enquadrada no terceiro setor e foi instituída pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), de forma pública, em cartório apropriado, como Fundação de direito privado sem fins lucrativos, com os objetivos de cunho educacional e de desenvolvimento social, econômico, cultural, científico, tecnológico e ambiental. Ocupa-se da gestão de recursos oriundos de contratos, convênios e prestação de serviços de consultoria para viabilizar o melhor desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino e extensão da UFV e de instituições afins; além da atuação nas atividades sociais da UFV por meio da administração do Supermercado Escola e escoando o excedente da produção do Laticínio Escola com os produtos da marca "Viçosa".

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

Na elaboração das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018, adotou-se às práticas de contabilidade aplicadas no Brasil e demais normas e técnicas contábeis das entidades sem fins lucrativos. Nesse sentido, tomou como base de referência as orientações advindas da Lei nº 11.638/2007, naquilo que importa às questões contábeis vinculadas às organizações que integram o Terceiro Setor, a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e a NBC ITG 2002 (R1) – Entidades sem Fins De Lucros, aprovada pela Resolução CFC Nº 1409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

2.2. Base de mensuração

A base de mensuração dos itens e dos fatos contábeis numa Demonstração Contábil é fundamental para a qualidade da informação contábil prestada, neste sentido as Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.







A entidade avaliou as principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo riscos de ajustes significativos nas demonstrações contábeis, são:

- a) perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa 3.3);
- b) vida útil dos bens ativo imobilizado (nota explicativa 3.8);
- c) provisões e contingências (nota explicativa 3.10).

2.5. Aprovação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Fundação autorizou a conclusão das demonstrações contábeis em <u>02 de abril de</u> <u>2019</u>, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras.

2.6. Critérios Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.7. Reapresentação da Demonstração do Valor Adicionado

Em relação à publicação referente à Demonstração de Valor Agregado contida nas Demonstrações Contábeis e Financeiras do ano 2017, a Fundação Arthur Bernardes esclarece que durante os procedimentos contábeis e de auditoria externa para fechamento do Balanço do exercício de 2018 foram identificadas necessidades de reapresentação dos valores registrados. Os ajustes realizados foram discutidos com a auditoria independente e também com especialistas contábeis. A instituição, portanto, procedeu a realocação de valores relativos a despesas de pessoal e de receitas financeiras para que os resultados fossem reapresentados de forma consistente e que, dessa forma, não perdessem o efeito de comparabilidade, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2017	Correção	31.12.2017
		S	Reapresentado
Receitas			
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	195.080.569	125.349.956	69.730.613
Não operacionais	6.677	(227.340)	234.017
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)			
Outros Custos Indiretos	4.353.151	4.353.151	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	12.435.331	3.052.032	9.383.299
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	7.517.574	5.468.708	2.048.866
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos	12.941.400	(2.163.815)	15.105.215

Assim sendo, por tratar-se de mera alocação de dados na Demonstração de Valor Agregado divulgada junto ao encerramento do exercício de 2017, no qual não houve a necessidade lançamentos contábeis, a Fundação entende não haver razão para o prolongamento do assunto.







2.8. Demonstração de Resultados Abrangentes

Nas movimentações do Patrimônio Líquido da Fundação para o exercício corrente e exercícios apresentados de forma comparativa não foram identificados outros resultados abrangentes que assim requeressem a elaboração e apresentação da Demonstração dos Resultados Abrangentes. Desta forma a Fundação não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente – DRA.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Fundação, a seguir:

3.1. Regime Contábil

As transações são efetuadas de acordo com os Princípios de Contabilidade, obedecendo ao regime de competência.

3.2. Caixa e equivalente caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, referentes à caixa, bancos e aplicações financeiras em títulos de renda fixa com disponibilidade imediata e são utilizados pela Fundação no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são registradas ao valor original por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento do exercício. Em função disso são considerados como "equivalentes de caixa", conforme estabelecido na NBC TG 03 (R3) - (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados aos serviços ou vendas de produtos e mercadorias, inclusive no cartão de crédito. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. O cálculo do valor presente, quando aplicável, é efetuado na data da transação com base numa taxa de juros que reflita o prazo e as condições de mercado da época. A Fundação não registra o ajuste a valor presente sobre as contas a receber de clientes em virtude de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Fundação, quando aplicáveis, são classificados sob as seguintes categorias: (I) ativos financeiros mantidos até o vencimento e (II) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

3.4.2. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data do vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais, menos eventual perda por valor recuperável, quando aplicável. No caso da Fundação compreendem as aplicações financeiras.







3.4.3. Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva. No caso da Fundação compreendem principalmente o Contas a Receber.

3.4.4. Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (impairment). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A Fundação não opera com instrumentos financeiros derivativos para seus ativos.

3.4.5. Passivos financeiros

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado

Outros passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, alocando sua despesa de juros pelo respectivo exercício.

Os passivos financeiros da Fundação incluem contas a pagar a fornecedores e convênios a realizar. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorrida.

A Fundação não opera com instrumentos financeiros derivativos para os passivos.

3.5. Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, sem o ICMS, dentro do que é mencionado no item 9 da NBC TG 16 e são compostos por mercadorias para revenda, por produtos acabados, por insumos a serem utilizados no processo produtivo, fretes e outros custos/despesas.

3.6. Demais ativos circulantes

São apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação, conforme NBC TG 12 (em consonância com o Pronunciamento Técnico do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente).

A mensuração também ocorre pelo valor justo, baseando-se no valor de mercado e não somente em critérios definidos pela entidade, segundo dispõe o Pronunciamento Técnico CPC 46.





3.7. Propriedades para Investimentos

Propriedades (salas comerciais) mantidas pela Fundação para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas. Estão classificadas no subgrupo Investimentos, dentro do Ativo Não Circulante, podendo ser mensurado após o reconhecimento inicial pelo Método do Custo ou pelo Método do Valor Justo, conforme NBC TG 28 (R4). Poderiam sofrer atualizações constantes, porém como o indexador é a Taxa Referencial (TR), o impacto seria irrelevante.

3.8. Imobilizado

Os registros no imobilizado correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Fundação. Abrange, também, os custos de benfeitorias realizadas em bens de terceiros. É registrado ao custo de aquisição, reduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo de vida estimado dos bens, às taxas da Receita Federal do Brasil, mencionadas na nota 6 e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

Os gastos com peças de reposição e manutenções realizadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho de determinado bem são reconhecidos no ativo imobilizado e depreciados junto ao bem.

A Fundação, em cada data de fechamento das demonstrações contábeis, verifica a existência de possíveis perdas por redução ao valor recuperável de seu imobilizado. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos na data de fechamento das demonstrações financeiras, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações do imobilizado são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos contabilmente na conta de "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" nas demonstrações dos resultados.

3.9. Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Fundação que geram benefícios econômicos futuros. São mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Depois do reconhecimento inicial, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido. Os direitos contratuais relacionados com contratos de comercialização, licenças de instalação, licenças de uso de software são demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o exercício em que são utilizados, reconhecidos como despesa nas demonstrações de resultados na medida em que são incorridos. A Fundação, em cada data de fechamento das demonstrações financeiras, verifica a existência de possíveis perdas por redução ao valor recuperável de seu intangível.

3.10. Provisões

A provisão é reconhecida quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, conforme NBC TG 25 (R2) (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 25 -Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). A Fundação é parte de diversos processos judiciais e administrativos, sendo que provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos, internos e externos, da Fundação. As provisões são atualizadas periodicamente.



3.11. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, em base "pro-rata" dia. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente, conforme NBC TG 12 (em consonância com o Pronunciamento Técnico do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente).

3.12. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Fundação e possa ser mensurada de forma confiável.

3.13. Apuração do resultado

As receitas e despesas relacionadas à mesma transação ou a outro evento são reconhecidas, simultaneamente, de acordo com o princípio do confronto das despesas com as receitas (regime de competência).

3.14. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas em base líquida de acordo com a NBC TG 03 (R3) (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

3.15. Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

As principais políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados com o objetivo de melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis da Fundação, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades. A Fundação no exercício de 2018 adotou a contabilização e apresentação de forma segregada de contas decorrentes de recursos oriundos da gestão de convênios, projetos e contratos, tanto para contas patrimoniais quanto de resultados, dos recursos próprios da Entidade, conforme disposição da NBC TG 23 (R2), em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 23 — Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São basicamente aplicações financeiras de curto e médio prazo, de alta liquidez, mantidas com a finalidade de atender compromissos de reduzido prazo e para auferir rendimentos.

As contas do grupo são as primeiras a serem apresentadas no Balanço, dentro do Ativo Circulante. Constituídas para designar valor em caixa e bancos, representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e que não haja restrições de uso imediato.

Off other autor



3
VIII SA
5)

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e Banco	85.002.159	103.691.903
Caixa Banco com Movimentos Conta Vinculadas	73.447 187.695 84.741.017	61.026 29.049 103.601.828
Aplicações Financeiras	59.552.784	55.613.869
Banco do Brasil Bradesco Caixa Econômica Federal Banco Itaú S.A Banco Mercantil S.A UFV – Credi	28.948.131 1.294.962 26.465.848 26.520 2.179.025 638.298	26.736.744 1.221.649 25.405.126 20.798 2.052.423 177.129
Caderneta de Poupança	623.113	586.913
Caixa Econômica Federal	623.113	586.913
Total de caixa e equivalentes de caixa	145.178.056	159.892.685

5. CONTAS A RECEBER

Os valores a receber estão representados basicamente pela venda de produtos do Laticínio e pela venda a prazo no Supermercado Escola, para os funcionários da Universidade Federal de Viçosa-UFV e Fundação Arthur Bernardes - Funarbe.

A Fundação reconhece perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial. É constituída e atualizada mensalmente considerando as duplicatas vencidas há mais de 180 (cento e oitenta) dias.

Tais perdas referentes às contas a receber de clientes são apresentadas no resultado como perdas estimada de difícil liquidação representando, em 2018, o montante acumulado de 490.769 (302.088 em 2017).

13





Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Laticínios	2.339.540	2.229.889
Clientes diversos	2.739.563	2.459.073
Transferência Convênios	2.749	2.533
(-) Provisão para perda com crédito de liquidação duvidosa	(402.772)	(231.717)
Supermercados	2.987.862	2.912.325
Clientes Diversos	22.270	27.376
Visa Crédito	593.883	501.638
Maestro Rede Shop	7.304	158.663
Visa Eléctron	340.217	101.275
Mastercard	592.078	559.533
Ticket Alimentação	205.507	169.126
Visa Vale	94.639	58.233
Good Card	1.138	1.344
Sodexo	61.223	49.757
American Express	12.363	25.357
Ecx Card	68	68
Nota Promissória	6.111	6.785
Transferência Convênios	11.776	14.578
Sociedade Investigações	449	94
Funcionários Cheque	63.336	311.049
Funcionários Funarbe	73.432	60.670
Funcionários Ufv	979.973	930.029
Microvet	4.402	7.121
Funcionários Facev	5.690	=
(-) Provisão para perda com crédito de liquidação duvidosa	(87.997)	(70.371)
Outros valores a receber de clientes	38.212	34.780
Cheques devolvidos	38.212	34.780
Total:	5.365.614	5.142.214

6. IMOBILIZADO

É registrado ao custo de aquisição. Compreende também os gastos diretamente atribuíveis para colocar maquinários e equipamentos em condições de operação, como peças de reposição (com vida útil superior a um ano) e grandes manutenções.

As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas definidas no Anexo III da Instrução Normativa 1700 de 2017 considerando a vida útil econômica dos bens. A sua configuração é a seguinte:







Notas Explicativas Exercicios findos em 31 de dezembro de 2018 (Valores em reais)

(5.695.650)	2010101	404.532	230.870	566.097	3.155.627	Valor residual em 31/12/2017
ומסה מסה	(1.549.917)	(1.023.036)	(454.011)	(617.201)	(2.051.485)	31/12/2017
766.311	242.037	16.834	405.069	56.377	45.994	Baixa
(1.294.285)	(476.993)	(187.854)	(112.649)	(77.745)	(439.044)	Depreciação
(5.167.676)	(1.314.961)	(852.016)	(746.431)	(595.833)	(1.658.435)	Depreciação 31/12/2016
32.599.477	24.096.618	1.427.568	684.881	1.183.298	5.207.112	31/12/2017
(1.249.352)	(637.450)	(21.454)	(407.318)	(61.474)	(121.656)	Baixa
3.954.392	2.686.576	117.130	81.745	185.730	883.211	Aquisições
29.894.437	22.047.492	1.331.892	1.010.454	1.059.042	4.445.557	Custos 31/12/2016
Total	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Equipamentos de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Maquinas e Equipamentos	2017
26.300.815	22.339.542	324.740	193.906	533.861	2.908.766	Valor residual em 31/12/2018
(6.975.038)	(2.113.436)	(1.155.722)	(536.278)	(662.352)	(2.507.250)	31/12/2018
(1.360.320)	(563.519)	(169.274)	(82.266)	(84.240)	(461.021)	Depreciação
80.934	,	36.588	ı	39.090	5.256	Baixa
(5.695.652)	(1.549.917)	(1.023.036)	(454.012)	(617.202)	(2.051.485)	Depreciação 31/12/2017
33.275.853	24.452.978	1.480.462	730.184	1.196.213	5.416.016	31/12/2018
	•					Transferências
(436.664)	(240.166)	(37.287)		(42.200)	(117.011)	Raixa
32.599.479 1.113.038	24.096.617 596 527	1.427.572 90 177	684.881	1.183.298	5.207.111	Custos 31/12/2017
Total	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Equipamentos de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Maquinas e Equipamentos	2018









7. SERVIÇOS E CONVÊNIOS A EXECUTAR E GESTÃO DE CONVÊNIOS E PROJETOS

Refere-se a valores de convênios e contratos que a Fundação administra, representando, em 2018, o montante de R\$99.513.805 (R\$122.623.373 em 2017). Os valores relativos aos convênios R\$84.620.648 (103.546.128 em 2017) conjugam exatamente com os valores constantes do Ativo, na conta Bancos Contas Vinculadas. Esses valores são aplicados em fundos de investimentos e os seus rendimentos R\$347.824, em 2018, são creditados diretamente em conta corrente, tendo como contrapartida o próprio convênio, não transitando nas contas de resultado da Fundação.

A Administração da Fundação, apesar de entender que a Funarbe está adequada quanto aos normativos contábeis, realizou ações acerca das possíveis movimentações dos recursos de convênios e contratos em contas de resultado, conforme dispõe a ITG 2002. O intuito é demonstrar de forma segregada nas demonstrações contábeis, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de resultados, os efeitos das transações envolvendo os recursos oriundos da gestão de convênios, projetos e contratos.

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Convênios Receita com execução de convênio	59.879.715 (59.879.715)	103.595.273 (103.595.273)
Custo/despesas com execução de convênio Contratos		
Receita com execução de contratos Custo/despesas com execução de contratos	14.969.929 (14.969.929)	21.754.683 (21.754.683)
Total:		

8. PROVISÕES / CONTINGÊNCIAS

A Fundação é parte em processos nas esferas administrativas ou judiciais sobre questões tributárias, cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações. Com base na opinião dos seus assessores, internos e externos, para todos aqueles processos, nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável, é constituída provisão para perda. Esta provisão é considerada pela Administração como suficiente para cobrir as perdas prováveis. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o saldo era composto por:

Provisões / Passivo Genuíno	31.12.2018	31.12.2017
Passivo Circulante	3.049.174	2.177.285
Rompimento de Contratos Representantes (8.1)	316.930 2.732.244	2.177.285
Passivo genuíno (8.2)	2.732.244	
Passivo Não Circulante	5.397.840	6.331.773
Rompimento de Contratos Representantes (8.1)		581.998
Civel (8.3)	2.336.660	2.905.166
Rescisões de Colaboradores (8.4)	3.061.180	2.844.609
Total:	8.447.014	8.509.058









8.1. Rompimento de Contratos | Representantes

No que tange o encerramento da relação entre a Fundação e seus representantes, a Lei 4886/65, conhecida como Lei dos Representantes Comerciais, estabelece regras que, independentemente da parte que o propuser, a rescisão contratual poderá se dar sem justo motivo. Regra geral, se for da instituição contratante a iniciativa pela rescisão do contrato de cooperação comercial, haverá direito à indenização legal por parte do representante.

8.2. Passivo Genuíno

São "provisões" derivadas de apropriações por competência caracterizadas como obrigações já existentes, em que não existe grau de incerteza relevante. São basicamente constituídos de férias e 13º salário a pagar. Os valores são contabilizados a partir do cálculo elaborado mensalmente pelo departamento de pessoal

8.3. Cível

Trata-se de passivo decorrente de ações indenizatórias de naturezas diversas ajuizadas contra a Fundação. Tendo em vista o atual estágio do processo e avaliação dos assessores jurídicos, a Fundação optou pela provisão da provável perda.

8.4. Rescisões de Colaboradores

Passivo decorrente de provisões para dispensas de funcionários, tendo como base custos de uma eventual necessidade de rescisão contratual em massa de seu quadro funcional.

8.5. Outros

A Fundação é parte em outros processos nos quais a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, não constitui provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas como possíveis e remotas. Esses processos somam o montante de:

Processo	31.12.2018	31.12.2017
Cível	14.926.221	5.736.557
Trabalhista	519.527	690.877
Tributário	482.616	482.616
Total	15.928.364	6.910.050

Em 2018, a Fundação respondia a 03 (três) notificações e/ou inquéritos advindos do Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Ministério Público do Trabalho, cujo o acompanhamento tem sido realizado pelos assessores jurídicos em conjunto com a Administração.

Além disso, a Administração da Funarbe por intermédio de seus diretores, gerentes e supervisores acompanharam efetivamente levantamentos realizados pela Receita Federal do Brasil (RFB) acerca da imunidade tributária da Fundação. Durante as discussões, em atendimento a pedidos feitos pelo órgão, foram apresentados documentos, obrigações acessórias e esclarecimentos.

A Funarbe fica impossibilitada de prever com certo grau de segurança o desfecho do processo, tendo em vista que os procedimentos se encontram em fase preliminar. No entendimento da Fundação, com respaldo do escritório jurídico contratado para acompanhar o caso, todas as informações e comprovações para demonstrar sua condição de imunidade tributária foram apresentadas.









A entidade segue trabalhando no fortalecimento de controles internos e implementando medidas para aprimorar seus procedimentos e estreitar o relacionamento entre conselhos, diretoria, órgãos fiscalizadores e demais partes interessadas.

9. PATRIMÔNIO LIQUIDO

9.1 Patrimônio Social

Compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos superávits, diminuído dos déficits e ajustes ocorridos. Em caso de extinção da Fundação, seu patrimônio remanescente será destinado à Universidade Federal de Viçosa (UFV).

No exercício de 2017, a Fundação teve um superávit de R\$ 2.766.405 já incorporado ao patrimônio social no exercício de 2018. Adicionalmente, o superávit a ser incorporado ao patrimônio social do exercício de 2018 é de R\$ 2.732.271.

O patrimônio social em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 67.712.260 (R\$60.661.498 em 2017)

Todos os resultados obtidos pelas operações da Fundação após a constituição das reservas são incorporados ao seu patrimônio social e utilizados na execução de seus objetivos estatutários.

Em nenhuma hipótese os resultados são distribuídos por se tratar de Fundação sem fins lucrativos.

9.1 Reserva para Investimentos

A finalidade da Reserva de Investimento no valor R\$ 2.940.000 (dois milhões novecentos e quarenta mil reais) é atender aos projetos de investimentos da Fundação, aprovada pelos Conselhos de Administração e Fiscal para o exercício de 2019, à luz do Comitê de Pronunciamentos Técnicos CPC 26.

As Demonstrações Contábeis incluem os saldos das contas do Programa de Investimentos em execução pela Fundação.

9.2 Reserva de Contingências

Tem por finalidade compensar, em exercício futuro, a diminuição do superávit decorrente de perda julgada possível ou provável cujo valor pôde ser estimado pela Fundação.

Contudo, por proposta dos Conselhos de Administração e Fiscal, foi destinado parte do superávit gerado em anos anteriores à formação da reserva, cujo objetivo está diretamente relacionado a eventuais perdas de processos envolvendo a Fundação.

O valor corresponde a R\$ 13.964.633, quantia julgada como remota pelos assessores e consultores jurídicos, não obstante, por razões de prudência e sugestão dos Conselhos, a Fundação decidiu pela constituição da reserva.

10. RECEITAS

As receitas da entidade se dividem entre receita de prestação de serviços, venda de produtos e venda de mercadorias, receitas com execução de convênios, conforme apresentadas abaixo:





Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Receita Bruta de Venda de Serviços (sem restrição)	6.739.110	7.109.025
Receita Bruta de Venda de Produtos (sem restrição)	32.519.528	29.714.553
Receita Bruta de Venda de Mercadorias (sem restrição)	33.687.478	32.907.035
Receita Com Execução de Convênios (com restrição)	59.879.715	103.595.273
Receita Com Execução de Contratos (sem restrição)	14.969.929	21.754.683
Deduções da receita (sem restrição)	(6.004.715)	(5.514.851)
RECEITA LÍQUIDA	141.791.045	189.565.718

11. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Receita financeira	838.839	2.048.865
Rendimentos de aplicações financeiras	717.342	1.952.052
Descontos obtidos	67.901	66.928
Juros recebidos	53.596	29.885
Despesa financeira	(412.978)	(484.343)
Juros e multa	(2.254)	(6.660)
Despesas bancárias	(407.380)	(475.036)
Despesa aplicação convênio	(3.344)	(6)
Perdas financeiras	2 0000 and 1000	(2.641)
Total:	425.861	1.564.522

12. GERENCIAMENTO DE RISCOS

- 12.1. Taxas de juros: A Fundação, em razão da natureza das suas transações de caixa não está exposta a oscilações das taxas de juros de mercado para os saldos das demonstrações financeiras.
- 12.2. Concentração de riscos de crédito: A Fundação monitora permanentemente o nível de suas contas a receber o que limita o risco de contas inadimplentes. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.
- 12.3. Encargos financeiros e variação cambial: A Fundação monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

13. SEGUROS CONTRATADOS

A Fundação adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. A Fundação possui as seguintes apólices de seguros vigentes:



Notas Explicativas Exercicios findos em 31 de dezembro de 2018 (Valores em reals)

- 13.1. Apólice de seguro de Vida em Grupo, Plano Funcionários, tipo de capital Uniforme, contratado junto à Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A (Vigência: 26/04/2018 até 26/04/2019);
- 13.2. Apólice de seguro total da frota de veículos automotores, contratada junto à Gente Seguradora S/A (Vigência: 24/08/2018 até 23/08/2019);
- 13.3. Apólice de seguro predial (Supermercado), contratada junto à Porto Seguro Cia de Seguros Gerais (Vigência: 21/03/2018 até 21/03/2019);
- 13.4. Apólice de seguro predial (Administração), contratada junto à Tókio Marine Seguradora S/A (Vigência: 22/03/2018 até 21/03/2019);
- 13.5. Apólice de seguro predial (Laticínio), contratada junto à Seguro SURA S/A (Vigência: 01/05/2018 até 30/04/2019);
- 13.6. Apólice de seguro dos Dirigentes, contratado junto à AIG Seguros Brasil S/A (Vigência: 01/06/2018 até 01/06/2019).



Esta página faz parte integrante das demonstrações contábeis da Fundação Arthur Bernardes, CNPJ 20.320.503/0001-51 datada em 02 de abril de 2019.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EFETIVOS

Giovana Figueiredo Rossi (Presidente) José Antônio Marques Pereira Paulo Cesar Stringheta Israel Teoldo da Costa Evandro de Castro Melo

SUPLENTES

João Luiz Lani José Ambrósio Ferreira Neto Nédson Antônio Campos Roberto Max Protil Thiago de Melo Teixeira da Costa

MEMBRO EXTERNO

Eveline Teixeira Caixeta

MEMBRO REPRESENTANTE DO CONSELHO TÉCNICO DA UFV

Dênis Antônio da Cunha

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS

José Geraldo Campos Gouveia Weliton Rodrigues Wender Fraga Miranda

SUPLENTES

Luciano Ferreira Gabriel

Viçosa-MG, 31 de dezembro de 2018.

Gentaro Tenera Martin

15dn 43/

DIRETORIA EXECUTIVA

Rodrigo Gava

Diretor-Presidente

Gustavo José Padula de Souza

Contador - CRC-MG 084744/O

Gustavo Ferreira Martins Diretor de Ciências, Tecnologia e Inovação

Cartório Bandeira Luciana de Fátima Abranches - Oficial Rua Gomes Barbosa nº 942 - Centro Fone: (31)3891-1761 Código 6101-0 6601-9 8101-8 Total Qtd. 1 1 22 24 PROTOCOLO № 27044 REG № 4675 - LIV 79-A - PÅG 163 -AV № 38 Vicosa. MG. 08 de maio de 2019. Luciana de Fátima Abranches - Oficial Despesas Emolumento ISS Recompe TFJ 248,45 17,50 14,94 85,02 365,91 Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria Geral de Justiça 1º Oficio Cartório Bandeira Selo Número: CDX43909 - Cód. Seg.: 8658.4889.9494,0576 Total de atos: 24 / Emol: 263,39 TFJ; 85,02 Total: 348,41 onsulte a validade deste Selo no site: https://selos.tjmg.jus



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e administradores da Fundação Arthur Bernardes - Funarbe

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Arthur Bernardes - Funarbe que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Arthur Bernardes em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil paras as entidades sem finalidades de lucro NBC TG 2002) e pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação Arthur Bernardes de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos, e, na nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, que estão sendo apresentadas para efeitos comparativos, não foram por nós auditadas, cujo parecer sem ressalvas foi emitido em 13 de março de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da c. pacidade da Fundação Arthur Bernardes - Funarbe continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação Arthur Bernardes - Funarbe ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação Arthur Bernardes - Funarbe são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre





detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação Arthur Bernardes – Funarbe.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação Arthur Bernardes Funarbe. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação Arthur Bernardes Funarbe a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 02 de abril de 2019.

0

Orplan Auditorés Independentes CRCMG – 00478/O - CVM – 3310 Marco Aurélio Cunha de Almeida Contador – CRCMG 056.290/O

Marie

Cartório Bandeira uciana de Fátima Abranches - Oficial Rua Gomes Barbosa nº 942 - Centro Fone: (31)3891-1761 Código 6101-0 6601-9 8101-8 Total Qtd. 1 1 1 3 5 OTOCOLO N° 27045 REG N° 4675 - LIV 79-A - PÁG 185 -AV N° 39
Vicosa, MG, 08 de maio de 2019. Luciana de Fátima Abranches - Oficial Emolumento ISS Recompe TFJ Total 9,52 199.66 134,83 8,10 47,21 回絡從 Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria Geral de Justiça 1º Oficio Cartório Bandeira Selo Número: CDX43933 - Cód. Seg.: 7702.4502.4391.1277 Total de atos: 5 / Emol: 142,93 TFJ: 47,21 Total: 190,14 nsulte a validade deste Selo no site: https://selos.tjmg.jus.b